



Plenário analisa reforma política e vota ingresso na Força Nacional

Isaac Amorim/Ministério da Justiça



Novos recrutamentos para a principal tropa de segurança pública nacional estão na MP que senadores precisam votar

Deliberações retomam com debate de PEC que extingue coligações em eleições proporcionais e MP que recruta PMs e bombeiros na reserva para tropa de segurança

Após o segundo turno das eleições municipais, o Senado retoma sua pauta de deliberações amanhã. Um dos itens é o início da discussão em Plenário das medidas da reforma política incluídas na PEC 36/2016. De iniciativa de Ricardo Ferraço e Aécio Neves, a PEC determina a perda do mandato de políticos que se desfiliarem dos partidos pelos quais foram eleitos, extingue as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2022 e estabelece percentual mínimo de votos, nacionalmente, para que um partido tenha

representação parlamentar. O acordo entre os líderes é para que a PEC tenha seu primeiro turno de votação no dia 9 de novembro. Enquanto outras medidas são negociadas, inclusive com a Câmara, o Plenário debaterá a PEC. A pauta está trancada pela MP 737/2016, que autoriza policiais e bombeiros há menos de cinco anos na reserva a integrar a Força Nacional de Segurança Pública. O Senado precisa votar essa MP até 3 de novembro para que ela não perca sua eficácia. A medida estabelece direito a diárias e prevê indenização em caso de invalidez e morte na função. **3**

Teori anula ação que prendeu policiais legislativos do Senado

Em decisão liminar, o ministro Teori Zavascki suspendeu a operação da Polícia Federal que deteve policiais legislativos do

Senado. De acordo com a decisão, a ação não poderia ter sido autorizada por um juiz de primeira instância, mas pelo STF. **3**

Carlos Humberto/STF



Teori Zavascki, que concedeu liminar pela suspensão da Operação Métris



Pedro Franco/Agência Senado

A senadora Ana Amélia conduz audiência sobre aprimoramento do controle de qualidade do pescado comprado no exterior

Debate exige rigor na fiscalização de peixe importado

O consumidor brasileiro vem sendo lesado pelo excesso de água e de aditivos no pescado importado, segundo produtores que quinta-feira participaram de audiência na Comissão de Agricultura. Falhas na fiscalização da qualidade acarretam concorrência desleal, segundo os debatedores.

Os especialistas denunciaram que a maioria dos 5 mil postos relacionados pelo Ministério da Agricultura não têm condições de fazer uma correta reinspeção sanitária. Peixes bonitos ficam no início do contêiner, enquanto adulterados e ruins ficam no fundo e não são vistos. **4**

Especialistas: cenário após Luz para Todos preocupa

Representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Ministério de Minas e Energia se mostraram receosos com o panorama do fornecimento de luz, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, depois do fim do programa do governo federal, previsto para 2018. O assunto foi discutido em audiência pública da Comissão de Infraestrutura, na quinta-feira. Estão previstos mais três debates sobre o tema. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Senador Hélio José (C) fará relatório sobre as políticas públicas de energia

Lei que amplia Simples Nacional é sancionada

Foi publicada no *Diário Oficial* a lei que amplia o teto do Simples Nacional. Para se enquadrar no regime simplificado, o microempreendedor poderá ter faturamento anual de até R\$ 81 mil (antes eram R\$ 60 mil) e o empresário, de até R\$ 4,8 milhões (antes eram R\$ 3,6 milhões). Prazo para parcelar dívida tributária é elevado. **2**

Comissão promove hoje reunião sobre teto de gastos **4**

PEC muda regra do recesso parlamentar **2**

Funcionários da Casa fazem feira de trocas **2**

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, representantes do Ministério de Minas e Energia e da Aneel mostraram-se preocupados com o panorama após o fim do programa, previsto para 2018

Debate expõe dúvida sobre futuro do Luz para Todos

DESDE 2003 QUANDO foi lançado, o Programa Luz para Todos beneficiou mais 3 milhões de famílias, aproximadamente 15 milhões de brasileiros. O desafio na fase final do programa — previsto para ser concluído em 2018 — é levar energia para mais 200 mil famílias, localizadas majoritariamente nas Regiões Norte e Nordeste. A principal preocupação do governo é garantir que esse público não volte a ficar na escuridão após a conclusão do programa. Foi o que manifestaram representantes do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem durante reunião da Comissão de Infraestrutura (CI).

A maior parte dos recursos aplicados no programa vem de encargos e subsídios do sistema elétrico, que incidem sobre as contas de luz, como também dos cofres dos governos estaduais envolvidos e dos agentes executores. Mas não está claro, de acordo com Hugo Lamin, da Aneel, como funcionará o custeio do Luz para Todos após 2018. Ele avaliou que os custos de operação, distribuição e manutenção de energia para regiões isoladas é elevado para as operadoras.



Hélio José (C) vai apresentar até novembro relatório sobre políticas de energia

— Como é que fica depois de 2018? É um atendimento caro. Há uma dualidade: o impacto tarifário versus a universalização desse serviço, que é essencial. Principalmente para as questões do isolado que são tecnologias mais recentes.

Para atender comunidades isoladas, o Ministério de Minas e Energia buscou parcerias que resultaram em estudos de geração descentralizada a partir das micros e minicentrals hidrelétricas, usinas térmicas com queima de biomassa, energia solar, eólica e também sistemas híbridos que reúnem duas ou mais dessas tecnologias. Segundo

o diretor do programa, Aurélio Pavão, algumas distribuidoras estão endividadadas, o que pode acarretar cortes no Luz para Todos.

— Em que pesem os recursos, a gente depende muito da distribuidora. Depende essencialmente da condição da distribuidora — observou. A audiência integrou o processo de análise das políticas de energia alternativa e renovável ao longo de 2016. Hélio José (PMDB-DF), escolhido para ser relator, informou que a CI fará mais três reuniões sobre o tema. A previsão é que o documento seja apresentado até o fim de novembro.

Servidores participam de feira de trocas no Senado

Servidores e demais funcionários do Senado participaram na quinta-feira da 2ª Feira de Trocas, que promove a troca de produtos com base

nos preceitos da economia solidária. Organizado pelo Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS), em parceria com a Diretoria-Geral (Dger),

o evento encerrou a programação do Mês do Servidor e da Servidora.

Raquel Oliveira, do NCAS, explicou que o foco é estimular o espírito de cooperação e solidariedade, além de criar um ambiente de interação entre os funcionários.

— É uma ação totalmente solidária. Os participantes têm a oportunidade de fazer circular alguns objetos que estão parados. Esperamos que a adesão aumente nas próximas feiras — afirmou, ressaltando que doações também são bem-vindas.



Uma das intenções do evento foi estimular a interação entre os funcionários

Microempresa tem novo limite para se enquadrar no Simples

Foi sancionada quinta-feira a lei que amplia o prazo de parcelamento das dívidas tributárias de micros e pequenas empresas, com novos limites para o enquadramento no Simples Nacional.

Com as mudanças, o limite para que a microempresa seja incluída no programa passa dos atuais R\$ 360 mil anuais para R\$ 900 mil. Já o teto das de pequeno porte passa de

R\$ 3,6 milhões anuais para R\$ 4,8 milhões. A nova versão da lei amplia de 60 para 120 prestações o prazo para pagamento das dívidas tributárias.

A lei cria a figura do investidor-anjo, para ajudar as start-ups a obter aportes para colocar produtos no mercado. Será possível a aplicação de investimentos sem a necessidade de o “anjo” se tornar sócio do empreendimento.

Norma que obriga aprovação da LDO antes do recesso pode cair

Proposta de emenda à Constituição (PEC 103/2015) do senador licenciado Cássio Cunha Lima pretende revogar dispositivo constitucional que impede recesso parlamentar no Congresso sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A iniciativa recebeu parecer favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e está

pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Cássio ressalta que, por dois anos consecutivos (2014 e 2015), o primeiro semestre chegou ao fim sem a aprovação da LDO. Ele observa que o fato não impediu o Executivo de elaborar e enviar ao Congresso, no fim de agosto, a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Efeitos do limite de gastos

9h A Comissão de Direitos Humanos promove ciclo de debates sobre as propostas de limitação dos gastos públicos, com efeitos nas políticas educacionais e sociais.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é destinada a discursos e avisos da Mesa Diretora.

CCT Inscrições em concurso via web

8h45 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática tem reunião deliberativa com 30 itens. Entre eles, o PLC 55/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via internet em concurso público, e outorga de emissoras de rádio.

CMA Tarifa de água e esgoto

9h30 A Comissão de Meio Ambiente pode votar o PLS 505/2013, que cria a tarifa social de água e esgoto, e mais 16 itens.

MP 741/2016 Regras do Fies

10h Relatório da MP que alterou o Fies.

CE Aumento da frequência escolar

11h45 Na pauta da Comissão de Educação, o PLS 293/2014, que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica, e mais 31 itens.

MP 746/2016 Reforma do ensino médio

14h30 Audiência sobre a MP que reforma o ensino médio. Entre os convidados, representantes do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário retoma votações com MP que autoriza policiais e bombeiros com menos de cinco anos na reserva a integrar Força Nacional e inicia discussão sobre PEC da reforma

Reforma política começa a ser debatida amanhã

A PRIMEIRA SESSÃO deliberativa do Senado após o segundo turno das eleições municipais será amanhã. Os projetos de maior destaque são a medida provisória que permite a integração de militares da reserva à Força de Segurança Nacional e a proposta de emenda à Constituição que promove a reforma político-eleitoral.

A MP 737/2016, que está em tramitação urgente e tranca a pauta, permite que policiais e bombeiros militares

que tenham passado para a reserva há menos de cinco anos possam desempenhar atividades de cooperação federativa, excepcionalmente e em caráter voluntário, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública.

O militar, no desempenho das atividades, terá direito ao recebimento de diária. Se for vitimado em serviço, terá direito a indenização de R\$ 100 mil, em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Em caso de morte,

seus dependentes terão direito a indenização no mesmo valor.

Até a edição da MP, a Força Nacional era composta apenas por militares da ativa e servidores da área de segurança pública dos estados e do Distrito Federal (policiais civis e peritos). O governo federal alega que a alteração legislativa permite o aumento do efetivo da Força Nacional sem que as polícias militares estaduais sejam desfalçadas. O texto precisa ser votado pelo Senado até o dia 3 de

novembro. Do contrário, perde a eficácia e não produz efeitos.

Perda de mandato

Também consta na pauta do Plenário a PEC 36/2016, que trata de temas relacionados à reforma política. De iniciativa de Ricardo Ferraço (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC determina a perda do mandato de políticos que se desfiliarem dos partidos pelos quais foram eleitos, extingue as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2022

e estabelece percentual mínimo de votos, nacionalmente, para que um partido tenha representação parlamentar.

Apesar de ser prioridade para o Senado, a proposta não deverá ser votada imediatamente. Os líderes partidários decidiram, em reunião este mês, que a PEC terá seu primeiro turno de votação no dia 9 de novembro. Mas que os senadores a debateriam no Plenário, enquanto outras medidas estão sendo negociadas, inclusive com a Câmara.

Ministro suspende operação que prendeu policiais do Senado

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quinta-feira a suspensão da Operação Métris, da Polícia Federal, e seu imediato envio ao STF.

A decisão, liminar (provisória), é uma resposta a um pedido de anulação da operação apresentado pelo policial legislativo Antônio Tavares dos Santos Neto.

A Operação Métris foi deflagrada no dia 21 para investigar suposta obstrução da Justiça pela Polícia Legislativa do Senado. Foram presos temporariamente quatro policiais e apreendidos equipamentos e documentos da Casa.



Teori Zavascki ordenou que aparelhos do Senado apreendidos sejam devolvidos

Santos Neto foi um dos presos e argumentou que o juiz Vallisney Oliveira, da primeira instância da Justiça Federal em

Brasília, não poderia ter autorizado a operação de busca e apreensão no Senado. Segundo ele, tal tarefa cabe ao STF.

Nota da Presidência

A seguir, a íntegra da nota emitida pela Presidência do Senado a respeito da decisão do ministro do STF Teori Zavascki

O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, cumprimentou o Supremo Tribunal Federal pela decisão acerca da Operação Métris. Segundo o presidente, "a decisão do ministro Teori Zavascki é uma demonstração de que não podemos perder a fé na Justiça e na democracia e que o funcionamento harmônico das instituições é a única garantia do Estado democrático de direito".

Da Assessoria da Presidência do Senado

O ministro deferiu o pedido para que a "Suprema Corte, tendo à disposição o inteiro teor das investigações promovidas, possa decidir acerca da usurpação ou não de sua competência, bem como sobre a legitimidade ou não dos atos

até agora praticados".

A Mesa do Senado apresentou uma ação no STF que requer a delimitação clara dos limites entre os três Poderes, contesta a autorização para a Operação Métris e requer a devolução dos equipamentos.

Ricardo Lewandowski vai relatar arguição proposta ao Supremo pela Mesa do Senado

O processo apresentado pela Mesa do Senado ao STF na quarta-feira será relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinada por seis advogados do Senado, também pede liminar para suspender os efeitos da operação da Polícia Federal e devolução de documentos e equipamentos apreendidos, com a proibição do uso dos dados ali contidos. A Mesa alega que pode haver

"grave prejuízo à segurança institucional", visto que há relatórios de riscos e de pontos vulneráveis, além de informações de inteligência voltada para a segurança parlamentar, dos servidores e cidadãos que frequentam o Congresso. Os advogados argumentam que a operação policial prejudicou o livre exercício da atividade parlamentar e violou o princípio da separação dos Poderes, da soberania popular e do Estado democrático de direito.

Juizes levam ao Conselho de Ética petição contra Renan

O Conselho de Ética do Senado recebeu na quinta-feira petição contra o presidente da Casa, Renan Calheiros, assinada por cinco juizes. Eles se referem às declarações de Renan após a Operação Métris. O documento cita o Código de Ética da Magistratura, que diz que "qualquer afronta que fira a independência de um juiz deve ser denunciada", e acrescenta que os juizes "sentem-se no dever de provocar o Conselho de Ética para verificar se houve ou não quebra de decoro".

Segundo a assessoria do presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA),

ele deve tomar ciência do pedido hoje e encaminhá-lo para a Advocacia do Senado.



Luís Rocha, um dos juizes que protocolaram petição no Conselho de Ética

Paulo Rocha rebate críticas ao PT e diz que partido mudou país

Paulo Rocha (PT-PA) reclamou de críticas ao PT no Senado, destacando que a legenda foi criada a partir dos movimentos sociais organizados para dar voz aos trabalhadores. Segundo ele, até a eleição de Lula, a política brasileira havia sido dominada por interesses elitistas.

— Podem agora fazer tudo isso que estão fazendo com o PT, mas não esconderão da história que fomos nós que mudamos este país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi faz discurso em homenagem ao ex-presidente Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) parabenizou Lula pelo aniversário de 71 anos e disse que os dois mandatos dele na Presidência da República mudaram o Brasil para melhor e tirou milhões de brasileiros da pobreza.

— Queria dizer do orgulho de estar nessa caminhada política ao seu lado, de ter lhe conhecido há tantos anos, de estar no Partido dos Trabalhadores junto contigo desde 1989, construindo propostas para melhorar o Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia defende tratamento para AVC e psoríase

Ana Amélia (PP-RS) registrou o Dia Mundial de Combate ao AVC e o Dia da Prevenção da Psoríase, comemorados no sábado. Doença inflamatória crônica, autoimune e relativamente comum entre a população, a psoríase não tem cura, mas tem tratamento. E também não é contagiosa. Já o AVC (acidente vascular cerebral) é a segunda principal causa de morte no Brasil, com 100 mil óbitos por ano.

— AVC tem tratamento e é uma emergência médica. Quanto mais rápido o atendimento, maiores são as chances de reduzir sequelas — disse a senadora.

Medeiros apoia medida provisória que alterou regras do ensino médio

José Medeiros (PSD-MT) disse que o Brasil precisa discutir a educação que quer. Para ele, o momento é agora, quando o Congresso analisa a MP 746/2016, que alterou regras do ensino médio. Só assim, avaliou, haverá condições de melhorar a qualidade do ensino e o país passará de mero exportador de matérias-primas para produtor de tecnologia de ponta.

— O debate precisa ser feito sem ideologia, mas pensando no país.



Jefferson Rudy/Agência Senado



No debate, Ministério da Agricultura disse que falta de verba dificulta fiscalização, e Ana Amélia, presidente da CRA, destacou que investimentos sofrem atrasos

Peixe importado adulterado prejudica mercado nacional, aponta audiência

Especialistas dizem que fiscalização não consegue barrar pescado com excesso de água e aditivos, lesando consumidor e produtor brasileiros

A FALHA NA fiscalização da qualidade do pescado importado está prejudicando a indústria nacional, que sofre com a concorrência desleal com um produto de baixa qualidade. Por isso, representantes dos produtores brasileiros pediram, em audiência pública, na Comissão de Agricultura (CRA), na quinta-feira, isonomia do governo nas exigências de qualidade para os produtos nacionais e importados e a alteração das práticas da reinspeção, a vistoria para entrada do peixe no país.

— No modus operandi de reinspeção que temos hoje, em sua grande maioria, [o pescado importado] está entrando com aditivos químicos, excesso de água, camuflando um preço que parece barato, canibalizando a indústria nacional e fazendo com que a população esteja ingerindo elementos que não correspondem à legislação nacional e pagando por um quilo que não é verdadeiro — disse Eduardo Lobo, da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca).

Segundo Lobo, qualquer importadora pode trazer grandes quantidades de peixe para o mercado nacional — desde que tenha o rótulo aprovado no Brasil — e escolher um dos 5 mil postos relacionados pelo Ministério da Agricultura para fazer a reinspeção sanitária.

No entanto, a imensa maioria desses postos, disse, não tem condições de receber a mercadoria e fazer a inspeção adequada, facilitando a fraude com uma análise superficial do conteúdo de um contêiner, por exemplo. Os peixes bonitos e saudáveis ficam no início, os adulterados e ruins, destacou Lobo, ocupam o fundo do espaço, não são vistos e acabam

sendo qualificados.

O ideal, para a Abipesca, seria que o Ministério da Agricultura só concedesse licenças de importação de pescados aos importadores que indicassem, para fazer a reinspeção, um estabelecimento registrado no Serviço de Inspeção Federal e apto a fazer a correta fiscalização.

Hoje existem pouco mais de 300 estabelecimentos de pescado em 22 zonas primárias selecionadas como adequadas para a reinspeção de pescado. Nelas, 40 fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura são considerados especialistas em pescado, informou Lobo.

Ele também sugeriu que o importador que sabe da baixa qualidade do produto que compra e usa as fragilidades da legislação para burlar a fiscalização seja punido.

Segundo Eduardo Ono, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as fraudes ocorrem em vários níveis e podem envolver de donos de restaurantes e mercados que encomendam o peixe de baixa qualidade de propósito ao comprador, que é enganado.

Excesso de água

No peixe importado da Ásia, a prática mais recorrente é a do *oversoaking*, o superenchimento. A adulteração é feita com água e aditivos, com o filé do peixe colocado numa imersão com sais para facilitar a entrada de água para dentro do filé. A polaca do Alasca é o peixe mais importado daquele continente.

O *oversoaking* se diferencia de outro problema já conhecido dos brasileiros, com produto vendido com gelo por fora (o chamado glaciamento). Na prática é inserida água no filé, aumentando irregularmente

o peso do peixe entre 20% e 30%. Com mais os 20% de glaciamento permitidos pela legislação nacional, o produto pode chegar a ter 50% de água adicionada, sem falar nos altos teores de sódio, elevando a concentração do sal artificialmente em até dez vezes.

— Os produtos brasileiros não passam por esse processo de fraude porque são devidamente fiscalizados pelo Mapa [Ministério da Agricultura] nos processos de inspeção federal — destacou Ono.

Ele deu dicas para o consumidor perceber, durante o preparo, se o produto é adulterado: a arquitetura do músculo do filé é desfeita, se esfarela, reduz muito de tamanho, solta muita água com espuma branca e fica salgado sem justificativa.

Fiscalização

O representante do Ministério da Agricultura, José Luis Ravagnani, frisou que o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal está atento às fraudes, no que chamou de “luta hercúlea”.

— É um trabalho de gato e rato, porque eles vão se sofisticando — explicou.

Ele informou que a pasta está trabalhando em um projeto semelhante à sugestão da Abipesca, para não mais fiscalizar nos 5 mil pontos onde pode ser feita a reinspeção hoje. Mapeamento do ministério apontou haver de 20 a 25 pontos de entrada aonde mais chegam os produtos de origem animal, dos 111 pontos de entrada legais de produtos agropecuários do país.

— O Mapa vem trabalhando para fechar a entrada de produtos de origem animal em alguns poucos lugares. Esse pessoal já foi capaci-

tado, precisa de instalações adequadas, de qualificação, um laboratório próximo para a gente fazer essas atividades. Imaginamos que até ano que vem implantaremos essa iniciativa e teremos mais eficácia com custo muito menor para o erário — afirmou.

Ravagnani reconheceu haver deficiência na fiscalização pela falta de orçamento. E acrescentou que os importadores de pescado devem ser responsabilizados pela entrada no país de produtos fraudados.

— O importador também tem uma responsabilidade muito grande porque ele sabe o que está comprando. Então, se nós temos produtos importados ou nacionais fraudados, tem uma responsabilidade do Ministério da Agricultura em fiscalizar, mas a responsabilidade muito maior é da própria indústria — opinou.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA, disse que a fiscalização depende de investimentos, muitas vezes, contingenciados.

— Às vezes, a gente está comprando um produto porque é mais barato, mas não sabe dos riscos que corre. Porque não é só o preço, mas tem que cuidar da qualidade. E as limitações são impostas, exatamente, pelo equívoco de não estabelecer prioridades. Que país queremos? Um país só de festa, Copa do Mundo ou Olimpíada, ou queremos um país que seja produtivo e respeitado lá fora? — questionou.

Ravagnani estimulou ainda a população a denunciar, na Ouvidoria do Ministério da Agricultura, marcas e estabelecimentos que comercializem produtos adulterados.

Também participaram da reunião representantes da Anvisa e do Inmetro.

Comissão vai debater PEC do Teto de Gastos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) inicia hoje ciclo de debates para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos. O principal tema em discussão deverá ser a proposta de emenda à Constituição que estabelece um limite às despesas do governo. Aprovada em segundo turno na Câmara, na noite de terça-feira, a matéria agora será analisada pelo Senado.

A PEC estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos, corrigindo-os pela inflação acumulada medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O temor de alguns setores ligados à educação e à saúde é que haja uma retração dos recursos destinados a essas pastas. A CDH quer esclarecer essas questões.

Para o debate, foram convidados Carlos Frederico Rocha, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Daniel Cara, representante da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação; Andréia Munemassa, do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior dos Institutos Federais; Rosilene Lima, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Alexandre Carvalho, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Rogério Marzola, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras; e Fabiano Faria, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Também foram convidados representantes do Ministério da Educação, da Associação Catarinense das Fundações Educacionais, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Fórum Nacional de Educação, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, da União Nacional dos Estudantes e dos alunos do Instituto Federal de Brasília.

O debate ocorrerá na sala 6 da ala senador Nilo Coelho, a partir das 9h.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela